

ANAIS DO
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME III

LXVI
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1976

DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA
CÂMARA FEDERAL SOBRE A PROPRIEDADE
DE TERRAS (1823-1829) (*).

ADALGISA MARIA VIEIRA DO ROSÁRIO
da Universidade de Brasília.

Nos havíamos proposto fazer um levantamento sobre a propriedade de terras no Brasil durante o I Reinado, porem, englobando a documentação anterior, isto é, desde a chegada da Família Real até 1831. A primeira parte foi feita e a documentação pode ser encontrada nos Amarrados de 1826 ou 1827. Quanto à documentação que se refere aos anos de 1828-1830 e 1831, o seu levantamento ainda não foi concluído.

Apresentamos aqui o resultado de uma parte do trabalho considerado na sua utilidade para futuras pesquisas.

Nota-se que a documentação de 1823 e 1829 não contem referências, encontrando-se em fase de catalogação, 1824 e 1825 está englobado em 1826.

Para esta pesquisa contamos com colaboração da aluna Celisa A. Medeiros Teles, aluna do curso de História da Universidade de Brasília.

* *
*

1823.

Offício do Procurador da Câmara de São Cristovão sobre a separação da Província de Sergipe D'El Rei, da Província da

(*) . — Comunicação apresentada na 2ª Sessão de Estudos, Equipe E, no dia 5 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

Bahia e também solicita informações sobre a eleição e número de Deputados para a Assembléia.

Petição de Custódio Couto como procurador de Antônio Borges de Almeida, que solicita dispensa do lapso de tempo para confirmação de sesmaria.

Petição do Tenente Francisco Antônio Malheiros, sobre posse de terras na Freguesia de Jacarepaguá.

Petição de Alberto Silva e Antônio Alves de Araujo, que solicitam proteção e posse de suas terras.

Certidão de um decreto, asinado por Manoel Rodrigues Bandeira, sobre a compra de um terreno com casas, no Largo das Laranjeiras (RJ) de propriedade do Sr. Venâncio José Lisboa.

Parecer nº 8 da Comissão de Petições à petição de Isabel Maria da Vila de São Jorge dos Ilheus, referente a distribuição de terras a colonos alemães.

Parecer nº 8 da Comissão de Petições à petição de Israel Maria e Luiza Joaquina, que solicitam a anulação da venda de seus bens feita por Francisco Raposo de Vasconcelos e que lhes cabe por herança.

Parecer sem o número da Comissão de Legislação à petição de Alexandre de Góis Maciel e outros de São Paulo, que pedem dispensa do lapso de tempo (prazo) para lhes ser confirmada a carta de sesmaria a eles concedida.

Parecer nº 43 da Comissão de Legislação sobre as petições de: Antônio Tavares Correa, Joaquina Marques de Lima, Ana Marques de Lima, Joana Marques de Lima, Manoel Marques de Louza, Filipe Antônio de Amaral e Manoel Afonso Vela, que pedem dispensa do lapso de tempo para medição e demarcação de sesmarias.

Parecer nº 42 da Comissão de Legislação à petição dos moradores do Distrito de Tanque, da Comarca do Sabará, que se queixam da violência da herdeira do Marechal João Carlos Xavier da Silva Ferrão, referente à posse de terrenos.

Parecer nº 8 da Comissão de Legislação à petição de Luiz Telles Barreto de Menezes, que se queixa de ser perturbado na posse antiga e pacífica da ilha do Bom Jesus, pelos administradores do Hospital dos Lázaros que pretendem estabelecer-lo na Ilha.

Parecer nº 41 da Comissão de Legislação à petição de Luiza Tezeza do Nascimento e outros que se queixam da injustiça numa causa contra os herdeiros do Brigadeiro Felicíssimo José Vitorino de Souza e pedem revisão de processo.

1826.

Lata: 13.

MAÇO: 1.

Pasta: 3.

Sete petições sobre imóveis (Sesmarias).

Peticionários:

Sebastião José Barata e João Francisco Barata.

João Luiz Torres e Bento Manoel Roiz.

Francisco da Costa Álvares.

Joaquim José de Siqueira.

Luiz José do Gouveia Freire.

Manoel Ribeiro da Silva.

José Lopes Pereira.

Data: 1826.

LATA: 14.

MAÇO: 1.

Pasta: 4.

Consulta sobre Petição de José Antônio de Oliveira Guimarães sobre imóveis (Sesmarias).

Data: 1825.

MAÇO Nº 1.

Pasta nº 3.

Sete petições sobre imóveis (sesmarias).

Peticionários:

Sebastião José Barata e João Francisco Barata.

João Luís Torres e Bento Manoel Roiz (Rio de Janeiro).

Francisco da Costa Álvares (São Paulo).

Joaquim José de Sequeira (Rio de Janeiro).

Ten. C. el Luís José de Gouveia Freire (Rio de Janeiro).

Manoel Ribeiro da Silva (V. de Itapemirim).

José Lopes Pereira (Província do Rio de Janeiro).

Data: 1826.

60 fls. 132 pág. peças.

LATA: 15.

MAÇO: 1.

Pasta: 5.

Ofício (faltando as últimas folhas — signatário desconhecido) e Petição anexa dos moradores de Jacarepaguá, sobre questão judicial com Frades Beneditinos, com referência a imóveis (Sesmarias).

Data: 1824.

LATA: 17.

MAÇO: 1.

Pasta: 1.

Ofício do Ministro do Império sobre Sesmarias.

Data: 1826.

Projeto de Lei de autoria do Dep. Batista Pereira sobre proibição de queimadas de terras.

Data: 1826.

LATA: 18.

MAÇO: 2.

Pasta: 16.

Projeto de Lei do Dep. Vergueiro sobre Direito de propriedade de Sesmarias.

Data: 1826.

LATA: 18.

MAÇO: 3.

Pasta: 1.

Três pareceres da Comissão de Legislação sobre Sesmarias.

Data: 1826.

Pasta nº 4. —

Petição. Imposto sobre “seges” de Aluguel (Rio de Janeiro).
Várias assinaturas.

Data: 1826.

Consulta sobre Petição de José Antônio de Oliveira Guimarães sobre imóveis (Sesmarias).

Data: 1825.

20 fls. 33 pág. 2 peças.

Pasta nº 5. —

Etiqueta 374.

Ofício (faltando as últimas folhas — signatário desconhecido) e Petição anexa dos moradores de Jacarepaguá, sobre questão judicial com Frades Beneditinos, com referência a imóveis (Sesmarias). Rio de Janeiro.

Data: 1824.

Etiqueta 291.

Petição do Ouvidor da Câmara do Rio de Janeiro sobre o assunto da Etiqueta 374 supra.

Data: 1823.

24 fls. 24 pág. 1 peça.

Pasta nº 3. —

Etiqueta 378.

Três autógrafos. Decretos assinados por D. Pedro I; Presidente da Câmara; 1º Secretário do Senado e 2º Secretário da Câmara.

1. — Sobre Cerimônia do Reconhecimento do Herdeiro do Trono.

2. — Sobre Direito de Propriedade.

3. — Sobre Pena de Morte.

Data: 1826. 22 fls. 31 pág. 3 peças.

Sem etiqueta.

Autógrafo sobre Taquígrafos.

1 Ofício recebido do Ministro do Império sobre Sesmarias.

Data: 1826.

Pasta nº 8. —

Justiça (sem documentos anexos) e Ofícios, sendo 2, do Ministro do Império e um, do Senado, sobre o Projeto do Direito de Propriedade.

Data: 1826.

Pasta nº 8. —

Projetos de Lei — Justiça.

Ofícios de Justiça — proibição para conferir título de propriedade.

Autor: Maia.

Pasta nº 16. —

Projetos de Lei — Terras, Imóveis em geral Proibição de queimadas em terras. Autor: Batista Pereira.

Direito de propriedade de Sesmarias. Autor: Vergueiro.

Data: 1826. 14 pág. 5 fls. 2 peças.

Terras, Imóveis em geral — Sesmarias.

3 pareceres da Comissão de Legislação.

6 pág. 3 fls. 1 peça.

Fala de Deputação — Deputado Clemente Pereira, apresentando o Projeto sobre Direito de Propriedade.

Data: 1826.

1827.

MAÇO Nº 1.

Pasta 1/4.

Etiqueta 3.

Parecer da Comissão de Comércio Agricultura e Artes, sobre doação de sesmaria, cancelando até que se faça o regimento das províncias que deve abranger também as sesmarias.

Data: 3/7/1826.

Pasta 1/4.

Parecer da Comissão da Agricultura, indeferindo pedido de sesmaria, por não ser de competência da Comissão.

Data: 2/7/1826.

Pasta 1/4.

Requerimento de José Passos, sobre criação de juizes de sesmarias.

Data 2/7/1826.

MAÇO Nº 2.

Pasta 1.

Carta de sesmaria assinada por D. José Fernando de Portugal.

Data: 26/6/1805.

Pasta 1.

Requerimento pedindo terras devolutas em Sergipe.

Data: 17/7/1827.

Ofício encaminhando a consulta de 19 de fevereiro de 1824, sobre a resolução tomada acerca de pertences do Padre João Antônio Alves Vieira, sobre sesmarias em terrenos concedidos ao Desembargador do Paço Cláudio Pereira da Costa. Controvérsia entre os Monges Beneditinos e o Sr. Desembargador do Paço.

Data: 31-5-1824.

Requerimento do Padre João Antônio Alves Vieira e outros que pretendem por sesmarias os terrenos que se acham em poder dos padres beneditinos (como colonos).

Requerimento de Palácio dos Santos, pedindo uma porção de terra devoluta.

Data: 12-11-1827.

AMAR. C.

MAÇO Nº 2.

Pasta 4.

Petição de Alexandre José dos Passos Herculano (juiz de sesmarias) reclamando da falta de leis agrárias e pedindo legislação a respeito.

Data: 20-6-1826.

AMAR. D.

MAÇO Nº 1.

Pasta 4.

Consulta do Conselho Real da Fazenda sobre o requerimento dos oficiais da Câmara de Vila Rica, em que pretendem que os terrenos foreiros à mesma Câmara sejam relevados da Décima imposta sobre os prédios urbanos.

Data: 16-8-1814.

AMAR. B.

MAÇO Nº 7.

Pasta 3.

Parecer das Comissões de Comércio e Fazenda ao requerimento de Lourenço Cavalcante de Albuquerque e José Cevilho Dantas, pedindo uma légua quadrada de terra para sesmaria.

Data: 19-6-1827.

Outros das mesmas Comissões ao requerimento de Pedro Ribeiro que as terras de que está de posse, por serem devolutas, bens que a Casa do Saldanha, pretende ter domínio.

Outro da Comissão de Comércio ao requerimento de João Luis Torres e Bento Manuel Rodrigues, que pedem terras de sesmarias.

Outro da Comissão do Comércio e Fazenda ao requerimento de José Lopes Pereira pedindo terras de sesmaria.

Sessão de 4-8-27.

Declaração de voto dos Srs. Cunha Matos e Queiroz Carneira sobre sesmarias.

Ofício da Mesa da Consciência e Ordem sobre o requerimento dos moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Escada do Bispado de São Paulo, que pedem a demarcação do território em duas léguas em círculo para servir de limites a esta freguesia. Representação da Câmara da Vila de Jacaré, opondo-se à pretensão.

Sessão de 27-6-1827.

Quarta discussão do Projeto de Lei sobre Sesmarias.

Sessão de 28-6-1827

Quinta discussão ao Projeto.

Parecer da Comissão de Comércio ao requerimento de Manoel José de Araújo Lima, que pede dispensa do lapso de tempo para medir e demarcar uma sesmaria. Sessão 5-7-1827.

1829.

Projeto de Lei do Deputado Bispo do Manhão, determinando que as Juntas das províncias do Império possam aforar os terrenos incultos que não tenham proprietários.

Parecer da Comissão de Justiça Civil ao requerimento da Ordem Terceira de São Francisco da Vila de Santos, que explicam a inutilidade da rua novamente projetada, e que vai atravessar e devassar um terreno murado de sua propriedade.

Representação da Câmara de Vila de Santos pedindo que se lhe concedão para rocio da mesma vila as terras de que estão de posse as ordens religiosas de São Bento e do Carmo.

Parecer da Comissão de Justiça Civil à representação de vários moradores da cidade do Rio de Janeiro e seu terno, a respeito de posse de terras.

Parecer da Comissão de Justiça Civil ao requerimento de Bernardino José de Bittencourt, Francisco Silveira de Matos e Antônio José de Matos, sobre problemas de terras.

Requerimento do Deputado Cunha Matos:

“Requeiro que além dos autos da questão dos foros das terras entre os habitantes da cidade do Rio de Janeiro e o ilustre Senado da Câmara, se peçam ao governo todas as consultas do Desembargo do Paço, referente ao assunto”.

Parecer da Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes, à representação da Câmara da Vila de Nova Friburgo, em que pede providências tendentes a mandar-se concluir as sessões já confirmadas pela mesma Câmara.